



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 1.297/2009

“Autoriza o Poder Executivo a proceder permuta e a doar bem imóvel a APAC- ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS CONDENADOS, e dá outras providências”

A Câmara Municipal de Lajinha, por seus Vereadores, aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a permutar o imóvel denominado CORREGO AREADO, com área total de 04:00:00 hectares, ou seja, 40.000 (quarenta mil) metros quadrados, composto por duas áreas, a primeira com 03:00:00 (três) hectares dividindo-se por seus diversos lados com Rogério Fraga da Cunha, Herdeiros de Antenor Luiz Neves e Basílica Paulina de Souza, Francisco Wenceslau, Manoel de Aguiar e com o próprio Município, localizado no córrego Areado, Lajinha/MG, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Lajinha/MG sob o nº 12/2.745, e a segunda área com 01.00.00 (um) hectare dividindo-se por seus diversos lados com Rogério Fraga da Cunha, Herdeiros de Antenor Luiz Neves e Basílica Paulina de Souza, Francisco Wenceslau, Manoel de Aguiar e com quem mais de direito, localizado no córrego Areado, Lajinha/MG, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Lajinha/MG, sob o nº 11/2.745, ambas de propriedade do Município e adquiridas mediante desapropriação amigável, por uma área de 15.000 metros quadrados localizado no Córrego Areado, Independente ou Sapé, Lajinha/MG de propriedade de Julio Manoel da Silva Filho, encravada em uma área maior de 07.45.97 hectares, dividindo-se por seus diversos lados com Herdeiros de Álvaro de Oliveira Dias, Arnaldo Leite Ribeiro e Joaquim Bernardo, Joaquim Custódio de Barros, Antenor Luiz Neves e com quem mais de direito, registrada no CRI local sob o nº 606, L-02.

Art. 2º- Fica o Poder Executivo Municipal, após a permuta descrita n art. 1º da presente lei, autorizado a doar uma área de 11.000 (onze mil) metros quadrados para a APAC- Associação de Proteção aos Condenados de Lajinha, entidade civil sem fins lucrativos.

Art. 3º- As despesas com lavratura de escritura, impostos, serviços de agrimensura e registro referente a permuta correrão por conta do Município e as despesas com lavratura de escritura, impostos e registro referente a doação a Associação de Proteção aos condenados correrão por conta da APAC.

Art. 4º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,
ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO
DO ANO DOIS MIL E NOVE. (02/09/2009)

Ver^a ALZIRA MACHADO FERNANDES ARAÚJO
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 22/09/2009, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel Moraes
At. Legislativo